

4. CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO:

Do **DMGAP-DPCG** submetendo à consideração do Executivo, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta relativa à contratação de empréstimo, nos termos da proposta que se anexa.

PARECERES/INFORMAÇÕES

A pedido do Sr. Presidente
para submeter à reunião da Assembleia
Municipal a proposta de contrato de Arrendamento
do Município.

2019/04/02

[Handwritten signature]

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

___/___/___

P/O Presidente da Câmara Municipal,

[Handwritten signature]

Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG016

DATA: 01/04/2019

ASSUNTO:

Consulta às instituições financeiras para a contratação de Empréstimo para
Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico

Por ofício datado de 21 de março de 2019 foram convidados a apresentar proposta para a concessão de dois empréstimos de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 15 de março de 2019, as seguintes instituições de crédito:

1. Caixa Geral de Depósitos
2. Banco Santander Totta
3. Novo Banco
4. Banco BPI
5. Caixa de Crédito Agrícola Mutuo
6. Banco Millennium BCP
7. Montepio Geral
8. Banco BIC
9. ABANCA Corporación Bancaria

[Handwritten signature]
2019/04/02

Para além das instituições bancárias descritas no parágrafo anterior, foram de igual modo, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão de 16 de outubro de 2018, elaboradas candidaturas para a contratação de empréstimos ao abrigo da Linha de Crédito BEI Portugal 2020 – Autarquias.

Das instituições convidadas, as seguintes não apresentaram proposta:

1. Montepio Geral
2. BIC
3. BPI

Por outro lado, a CGD respondeu ao convite mas sem apresentar proposta, por considerar que não se revela viável a apresentação de proposta mais favorável relativamente àquela que o município poderia obter no âmbito da Linha BEI Portugal 2020/Autarquias.

As restantes instituições apresentaram proposta, facto assinalável e demonstrativa da confiança depositada na Autarquia.

Relativamente às mesmas, faremos seguidamente uma análise às condições apresentadas por cada uma/versus condições fixadas pela autarquia.

Assim, as condições fixadas pelo Município de Braga foram as seguintes :

Empréstimo A: PROMOÇÃO DA MOBILIDADE PEDONAL (Eliminação das barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas)

- **Natureza do empréstimo:** Empréstimo de médio e longo prazo;
- **Finalidade:** Financiar o projeto identificado;
- **Montante:** até 1.000.510,95€ (um milhão, quinhentos e dez euros e noventa e cinco cêntimos);
- **Prazo:** até 15 anos após a data de perfeição do contrato;
- **Período de utilização e carência:** 4 semestres anos após a data de perfeição do contrato;
- **Taxa de Juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (Base 360 dias). No caso a Euribor assumir valor negativo não é aceite, para determinação da taxa nominal aplicável, que o indexante corresponda a zero;
- **Juros:** Os juros serão calculados diariamente sobre o capital em dívida e pagos semestralmente e postecipadamente;
- **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem semestralmente, com início após o período de carência (26 reembolsos);
- **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem

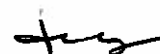
em curso;

- **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão;
- **Critério de Adjudicação:** O critério de adjudicação é definido pela aplicação do spread mais favorável ao empréstimo concedido (spread mais baixo);
- **Outras condições:** A Câmara reserva-se o direito de não proceder à contratação do empréstimo, caso não considere interessantes as melhores condições que venham a ser apresentadas pelos Bancos.

Empréstimo B: REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA

- **Natureza do empréstimo:** Empréstimo de médio e longo prazo;
- **Finalidade:** Financiar o projeto identificado;
- **Montante:** até 727.511,19€ (setecentos e vinte e sete mil, quinhentos e onze euros e dezanove cêntimos);
- **Prazo:** até 15 anos após a data de perfeição do contrato;
- **Período de utilização e carência:** 4 semestres após a data de perfeição do contrato;
- **Taxa de Juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (Base 360 dias). No caso a Euribor assumir valor negativo não é aceite, para determinação da taxa nominal aplicável, que o indexante corresponda a zero;
- **Juros:** Os juros serão calculados diariamente sobre o capital em dívida e pagos semestralmente e postecipadamente;
- **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem semestralmente, com início após o período de carência (26 reembolsos);
- **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso;
- **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão;
- **Critério de Adjudicação:** O critério de adjudicação é definido pela aplicação do spread mais favorável ao empréstimo concedido (spread mais baixo);
- **Outras condições:** A Câmara reserva-se o direito de não proceder à contratação do empréstimo, caso não considere interessantes as melhores condições que venham a ser apresentadas pelos Bancos.

Em resultado de tais condições foram apresentadas as propostas que se apresentam nos quadros designados por “Quadro 1 – Análise das Condições Propostas – Empréstimo A” e “Quadro 2 – Análise das Condições Propostas – Empréstimo B”, incluindo a proposta apresentada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (no âmbito da candidatura ao financiamento BEI).



Assim, da sua análise podemos desde logo concluir que todas as instituições cumpriram com as condições fixadas pela Câmara Municipal de Braga com exceção do Millennium BCP que limitou o “indexante” (taxa Euribor 6m) à taxa 0% (zero) quando das regras convencionadas resultar uma taxa inferior a zero.

Considerando a análise efetuada e o critério de adjudicação definido, concluímos que a proposta apresentada através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., é a proposta mais vantajosa, propondo uma taxa de juro variável indexada à EURIBOR a 6 meses, acrescida de um **spread de zero vírgula duzentos e setenta e sete pontos percentuais (0,277%)**.

Em face do exposto, propõe-se:

Que o Exmo. Sr. Presidente remeta as propostas e o presente relatório à Câmara Municipal afim que este órgão delibere submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos seguintes termos:

- Adjudicar, com base no procedimento de consulta desenvolvido, a contratação dos dois empréstimos de médio e longo prazo anteriormente referidos, à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., nos termos e condições constantes das respetivas propostas.

Mais se informa que:

1. O pedido de autorização à assembleia municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município – número 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Informação em anexo;
2. Sendo que, nos termos do legalmente estabelecido, na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou de Outros Fundos de Apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia.
3. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções – número 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
4. Sempre que os investimentos financiados através de empréstimos a médio e longo prazo ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, –sendo esta a situação de enquadramento–, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização da assembleia municipal, de acordo com o definido no número 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;



5. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas).

À consideração superior.

O Diretor do DPCG,



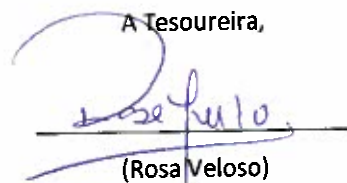
(Carlos Meireles)

O Chefe da DCPCG,



(Sandro Louro)

A Tesoureira,



(Rosa Veloso)

EMPRESTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO - EMPRESTIMO A

Quadro I - Análise das Condições Propostas

Nome do Proponente	Taxa de Referência		Comissões e taxas		Carência		Prazo		Juros		Spread + Euribor	Ponderação Final
	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir		
Novo Banco	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,32	4º
Millennium BCP	Euribor 6m	não	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,75	Excluído
Santander Totta	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,49	5º
Abanca	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,20	3º
CCAM	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	0,85	2º
BEI	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	0,28	1º

EURIBOR 6m - <https://pt.euribor-rates.eu/euribor-taxa-6-meses.asp>
29/03/2019 -0,228

EMPRESTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO - EMPRESTIMO B

Quadro II - Análise das Condições Propostas

Nome do Proponente	Taxa de Referência		Comissões e taxas		Carência		Prazo		Juros		Spread + Euribor	Ponderação Final
	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir	Proposta	Cumprir		
Novo Banco	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,32	4º
Millennium BCP	Euribor 6m	não	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,75	Excluído
Santander Totta	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,49	5º
Abanca	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	1,20	3º
CCAM	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	0,85	2º
BEI	Euribor 6m	sim	S/ encargos e comissões	sim	até 4 semestres	sim	15 anos	sim	Semestrais	sim	0,28	1º

EURIBOR 6m - <https://pt.euribor-rates.eu/euribor-taxa-6-meses.asp>
29/03/2019 -0,228

[Handwritten signature and date 29/03/2019]

PARECERES/INFORMAÇÕES

Anexa à info DPC6016.

2019/04/02

[Signature]

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

[Signature]

O Presidente da Câmara Municipal,

[Signature]
Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG017

DATA: 01/04/2019

ASSUNTO:

Cumprimento do estipulado no número 5 do artigo 49.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

No seguimento das orientações divulgadas pelo Gabinete de Apoio à Presidência, e face às instruções recebidas pela Direção Municipal e Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, no sentido instruir com mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município o pedido de autorização a remeter à assembleia municipal para a contratação de dois empréstimos, venho, para efeitos do cumprimento do estipulado no número 5 do artigo 49.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, submeter a seguinte informação:

Considerando que:

1. A Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
2. O limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2019 é de €121.974.780, tal como evidencia o quadro a seguir apresentado:

[Signature]

[Signature]

Receita Corrente Líquida				em euros
2016	2017	2018	Valor	
76 372 247	81 298 615	86 278 697		243 949 559
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores				81 316 520
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				121 974 780


3. A dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 1 de janeiro de 2019, de €53.000.181, tal como demonstra o quadro a seguir apresentados:

	em euros
Limite da dívida total (1)	121 974 780
01/01/2019	
Dívida Total do Grupo Autárquico Excluído Não Orçamentais e	
Dívida Excecionalada (2)	53 000 181
Margem Absoluta (3)=(1)-(2)	68 974 599
Margem utilizável (4)=(3)*0,2	13 794 920

4. Tendo como referencia a dívida do grupo autárquico a 1 de janeiro, e considerando o limite de endividamento para 2019, verifica-se uma margem de endividamento utilizável de €13.794.920.

Para os efeitos tidos por convenientes, remete-se à consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,


 Sandro Louro